

Manobra de risco

Novo pacote altera a estrutura tributária do país

Pela terceira vez consecutiva desde a sua implantação, a Nova República oferece à nação um pacote tributário como presente de Natal. Diferentemente, contudo, das vezes anteriores, em que as alterações apenas arranharam a fachada do sistema em vigor, acena-se desta vez com uma reforma capaz de mexer com os alicerces de toda a estrutura de impostos do país. Em fase final de elaboração nos laboratórios do Ministério da Fazenda, a nova fórmula traz como ingrediente básico a penalização do patrimônio e dos rendimentos do capi-

ção de Sistematização da Constituinte. Outro destaque fica por conta da tributação dos ganhos na agropecuária, com a criação de um sistema de taxaço progressiva semelhante ao que estão sujeitas as pessoas físicas, eliminando-se, assim, os incentivos que na prática vêm isentando os produtores de pagar impostos sobre sua renda. Terceira viga mestra do plano, o governo vai reduzir de dez para três, ou no máximo quatro, as faixas salariais sobre as quais incide a retenção do imposto na fonte, ficando de antemão garantida, assegura a Fa-

coira do governo uma reforma administrativa capaz de enxugar a máquina estatal e liberar, por consequência, recursos para investimentos produtivos.

De fato, se o governo acena com intenções distributivistas, é certo que o rombo nas contas públicas não lhe passa despercebido. Enquanto os sensores do Planalto procuravam captar as primeiras reações ao futuro pacote tributário, um decreto-lei, baixado na quinta-feira, 26, veio estabelecer que o governo, de agora em diante, só poderá emitir papéis para cobrir as despesas autorizadas pelo Congresso Nacional; as atuais Letras do Banco Central (LBCs) serão gradualmente substituídas pelas Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), a serem cunhadas pelo Tesouro Nacional com anuência prévia do Legislativo, insiste o decreto. Com isso, pretende-se estancar a sangria provocada pela emissão indiscriminada de títulos que,

LUIZ ANTONIO RIBEIRO



CLAUDIO VERSIANI

Bresser, o presidente do BC, Fernando Milliet (esq.), e Mesquita (acima): o eterno fantasma do desequilíbrio das contas públicas

tal, tornando mais leve a carga tradicionalmente suportada pelos assalariados. Esta, pelo menos, foi a linha ressaltada pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, ao explicitar, na quarta-feira, 25, o conteúdo do pacote. Segundo disse, 90% dos contribuintes terão motivos para festejar – as preocupações sobrarão apenas para os restantes 10%.

O pacote já está praticamente amarrado e traz como peça de sustentação a instituição do Imposto sobre o Patrimônio Líquido (IPL), que taxará anualmente uma alíquota entre 0,5 e 1% sobre proprietários de bens imóveis, ações fora das bolsas, obras de arte, barcos e jóias, nos mesmos moldes do Imposto sobre Grandes Fortunas aprovado pela Comis-

zenda, a isenção para quem ganha até dez pisos salariais por mês, benefício atualmente limitado a três pisos.

JUSTIÇA SOCIAL – “Técnicamente, a proposta tem vários pontos favoráveis, entre os quais a intenção de estabelecer a justiça social via equidade distributiva, com o corte nos impostos dos assalariados”, analisa o professor Fernando Homem de Mello, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIEPE). Ele profetiza, no entanto, que as novas medidas estão condenadas ao fracasso caso o déficit público não seja atacado. “Sem o ajuste do setor público, Bresser vai continuar dando cabeçadas na parede”, garante Homem de Mello, que

longe de capacitar o governo a pagar suas contas, aumentava progressivamente o buraco (*leia reportagem na página 58*).

A situação orçamentária do país vinha se agravando significativamente: de janeiro a outubro, a arrecadação global da União somou 914,6 bilhões de cruzados, 9,07% abaixo do recolhido no mesmo período de 1986, perda causada pelo desaquecimento da economia. O déficit público, por sua vez, já havia saído de controle e não deverá fechar o ano abaixo de 5% do PIB, bastante acima do que gostaria o ministro Bresser, que pretendia segurá-lo em 3,5%. A mudança era, portanto, praticamente imprescindível, mas não será uma tarefa fácil nestes tempos em que o governo passa por uma séria crise de credibilidade e de instabilidade política. “Pre-